

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

**Demonstrações Financeiras para
o período de 14 de junho de 2017
(início das operações) a
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	14
Balço patrimonial	17
Demonstração do resultado	18
Demonstração do resultado abrangente	19
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstração do fluxo de caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22



**GESTORA DE INTELIGÊNCIA DE CRÉDITO S.A.
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ/MF 28.042.871/0001-97**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2017
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2017**

Prezados Acionistas,

A Administração da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (“Companhia”, “Gestora” ou “GIC”) apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados de 2017, juntamente com as Demonstrações Financeiras Resumidas, e que serão acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes e Demonstrações Financeiras Detalhadas para o exercício fiscal terminado em 31 de dezembro de 2017.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, e são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. é uma gestora de bases de dados, em modo “Startup”, criada a partir da união dos 5 maiores bancos do país - Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú-Unibanco e Santander, com o objetivo de estabelecer uma empresa diferente no mercado de informações de crédito no país, transformando-o positivamente tanto para os bancos e demais instituições que demandam informações de crédito (Ex. segmentos de Varejo e Telecom) quanto para os consumidores de crédito, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Aproveitando a oportunidade proporcionada pela lei do Cadastro Positivo, queremos criar uma empresa que possa atuar de maneira inovadora no mercado dos tradicionais “Bureaus de Crédito”, com produtos baseados em big data, técnicas de inteligência artificial e tecnologia de última geração, que possibilitem que pessoas e empresas tenham maior conhecimento e controle de seus dados e de suas operações de crédito.



Com a disseminação do uso e da importância do histórico positivo de crédito, a empresa acredita que ajudará também a desenvolver a educação financeira da população brasileira, que poderá, dados os benefícios desse modelo, desenvolver e manter o seu histórico de crédito como um verdadeiro ativo financeiro pessoal, criando um círculo virtuoso para a economia do país: cidadãos e empresas melhor informados, gerando melhores hábitos de consumo e históricos de pagamentos, reduzindo os atuais padrões de inadimplência e superendividamento, levando a maior acesso e melhores condições de crédito, e fazendo com que a economia possa se desenvolver gerando benefícios para esses mesmos cidadãos e empresas.

Mensagem da Administração

Após um período intenso de análise, planejamento, processo de aprovação regulatória, negociações diversas e atividades preparatórias, o ano de 2017 marcou a constituição formal da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Companhia), e o início formal das atividades para a construção de sua operação, incluindo a montagem de sua equipe principal, contratação da infraestrutura básica de funcionamento, assinatura de acordo operacional com seu principal parceiro tecnológico, implementação de todo o seu modelo de governança corporativa e revisão detalhada de seus orçamentos operacionais e plano de negócios para os próximos 5 anos.

Fazemos aqui então um breve relato das atividades desenvolvidas, resultados estratégicos, operacionais e financeiros obtidos, e apresentamos uma visão das prioridades estratégicas da Companhia e perspectivas para o seu desenvolvimento futuro.

Constituição da Companhia

Os documentos definitivos para a constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. foram assinados no dia 14 de junho de 2017, e a partir daí deu-se início ao processo de formalização de toda a sua operação, com a conclusão de sua inscrição junto à Receita Federal e obtenção do CNPJ ao final de junho. No dia 6 de julho foi realizada a primeira capitalização e integralização pelos Acionistas, possibilitando a sustentação do período pré-assinatura dos acordos com o Parceiro Tecnológico. Ainda em julho foram transferidos para a companhia todos os profissionais originalmente contratados pela Febraban, que atuou como “incubadora” no início do projeto - bem como todos os contratos com fornecedores previamente assinados durante a fase pré-constituição da empresa, foi realizada a implementação dos sistemas contábeis e de folha de pagamentos, e contratada a empresa de auditoria KPMG como auditora oficial da Companhia. Ao final de setembro foram entregues as instalações dos escritórios definitivos sediados em Alphaville – Barueri/SP, já com todos os sistemas de TI e comunicação operacionais, e obtidos todos os alvarás e autorizações fiscais necessárias. Cabe aqui destacar a grande dedicação da equipe para entregar, em tempo reduzido, todas as atividades necessárias para o pleno funcionamento da Companhia, entregas estas realizadas com grande qualidade e respeitando os orçamentos discutidos e aprovados pelos Acionistas durante a fase pré-constituição.



Equipe

Ainda durante o período pré-constituição, foi constituída a Diretoria Estatutária da Companhia, com a contratação inicialmente de seu Diretor de Operações ao final de 2016, e de seu Diretor Presidente, Diretor de Tecnologia e Diretor de Dados em março de 2017. A Diretoria juntou-se a um pequeno grupo de três profissionais das áreas de dados, processos e tecnologia, constituindo assim o núcleo principal que trabalhou durante todas as atividades de preparação para a constituição e formalização da operação, incluindo as negociações com os Acionistas e com o Parceiro Tecnológico e todas as definições operacionais iniciais. A partir desse trabalho, foi então definido um “*Blueprint Operacional*” da Companhia, incluindo a revisão de sua estrutura organizacional planejada, e iniciado o processo de contratação da equipe inicial da Companhia para o primeiro ano de operação. Rapidamente juntaram-se ao time, após a constituição formal da empresa, o Diretor Jurídico e Regulatório, a Gerente de Gestão de Pessoas, dois Gerentes de Projetos responsáveis pelos projetos Corporativos e projeto com Parceiro Tecnológico, o Gerente Sênior de Segurança da Informação e um Arquiteto de Processos Sênior, bem como os profissionais iniciais de suas equipes. Ainda em 2017, foi estabelecida a Estratégia de Pessoas da Companhia, definidos os seus Valores iniciais, publicada uma Visão e Missão preliminar, e implementado um Plano de Metas de Desempenho para garantir o alinhamento de todas as atividades e iniciativas estratégicas da Companhia. Ao final de 2017, A Companhia contava com uma equipe de 17 profissionais, todos com grande experiência e reconhecimento em suas áreas de atuação, e altamente motivados para a construção do futuro da empresa.

Acordo com Parceiro Tecnológico e Construção da Infraestrutura de Tecnologia

Uma das atividades mais complexas e de maior relevância para a Companhia durante o ano de 2017 foi o processo de negociação com o Parceiro Tecnológico selecionado para a construção de sua plataforma tecnológica e desenvolvimento de seus produtos iniciais, a LexisNexis Risk Solutions (LNRS). A partir de um Memorando de Entendimentos assinado entre a Febraban e a LNRS em janeiro de 2016, a Diretoria Estatutária conduziu, com o apoio do escritório Pinheiro Neto Advogados, uma negociação dos termos detalhados dos acordos operacionais, de licença e de direito de preferência relativos ao projeto de implementação, acordos estes válidos por dez anos, e fundamentais para a diferenciação tecnológica da Companhia, dada a sofisticação da solução tecnológica de “*Big Data*” utilizada como base da plataforma (sistema HPCC – *High Performance Computing Cluster*) e a experiência da LNRS no desenvolvimento e operação de sistemas de análise, modelagem e gestão de riscos. A negociação foi concluída de maneira bem sucedida durante o mês de setembro, aprovada em Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária, e os contratos com o Parceiro Tecnológico foram então assinados no dia 5 de outubro, dando início aos trabalhos de implementação da solução e possibilitando, na mesma data, a segunda capitalização da empresa, perfazendo a subscrição de seu Capital Social total atual de R\$ 351 milhões de reais, acompanhada da primeira de duas parcelas de integralização desta capitalização (a segunda a ocorrer em julho de 2018).



O cronograma de desenvolvimento do projeto prevê a construção da plataforma durante o ano de 2018, e o desenvolvimento dos produtos principais da companhia durante os anos de 2019 e 2020, e todas as atividades de projeto previstas para 2017 foram concluídas de maneira bem-sucedida, dentro dos prazos acordados em contrato. Para possibilitar o início do projeto, a equipe inicial da Companhia implantou, ainda antes da constituição formal, os dois Data Centers redundantes da Companhia, localizados nas mais modernas instalações de “*Hosting*” da América Latina, nos Data Centers da Equinix em São Paulo e Rio de Janeiro.

De maneira complementar ao acordo com o Parceiro Tecnológico LNRS para o desenvolvimento da plataforma tecnológica principal da Companhia, a equipe também conduziu um projeto para mapeamento, avaliação, definição de especificações funcionais e processo de contratação do desenvolvimento da plataforma tecnológica de gestão de negatificação, processo este concluído ao final de 2017, com a aprovação dos termos de contratação pelo Conselho e com a seleção e negociação final de contratação com empresas especializadas na gestão de projetos de tecnologia e desenvolvimento de sistemas complexos. Sem dúvida, a partir de todos os projetos de implementação das plataformas tecnológicas e desenvolvimento de sistemas e produtos customizados, incluindo a utilização de sofisticada tecnologia de “*Big Data*” e aprendizado de máquina, a Companhia completa passos importantes para a sua diferenciação de produtos e visão tecnológica de longo-prazo.

Governança

Uma das características fundamentais da Companhia é a sua natureza inovadora, ágil e baseada em modelos de negócio flexíveis e plataformas tecnológicas de última geração, assemelhando-se, em várias dimensões, às características das empresas “*Fintech*”. No entanto, ao mesmo tempo em que valoriza e busca essas características, a Companhia deve também observar de maneira muito estrita e diligente todos os requisitos de governança esperados de uma empresa controlada pelas cinco maiores Instituições Financeiras do Brasil, e que operará gerenciando um volume gigantesco de dados extremamente sensíveis da grande maioria das pessoas físicas e pessoas jurídicas do país. Desde muito cedo então no processo de construção da operação, a Administração da Companhia tem dedicado atenção à construção de um sofisticado e completo sistema de governança, incluindo todas as definições e formalidades definidas por seu Estatuto Social, desenvolvimento e implementação de Políticas e Procedimentos para todas as principais áreas e processos, criação e implementação de um sistema de gestão de riscos corporativos e operacionais (ERM – *Enterprise Risk Management*), definição e adoção de um Código de Conduta e Ética nos Negócios e definição dos sistemas de controle associados. Como principais órgãos estatutários, além da Diretoria, foi constituído o Conselho de Administração da Companhia, com Conselheiros indicados por cada um dos Acionistas, e foram também constituídos os Comitês de Assessoramento do Conselho, a saber os Comitês de Negócios, Técnico, de Pessoas e Remuneração e de Controle e Riscos.



Foram também aprovados os Regimentos Internos da Diretoria, Conselho e Comitês, e criada a Política Interna de Acompanhamento de Condutas e Obrigações Concorrenciais, política esta que norteia a verificação de todas as obrigações da Companhia na observância do Acordo em Controle de Concentrações (ACC) firmado pelos Acionistas com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Quanto a este último, foi completada, de maneira bem-sucedida, a primeira auditoria de cumprimento do ACC, realizada pela KPMG e aprovada integralmente pelo CADE. Finalmente, como importante objetivo de governança setorial, a Companhia deu início às discussões para sua participação como membro da ANBC – Associação Nacional dos Birôs de Crédito, entidade setorial que congrega as principais empresas do segmento e que será fundamental na representação institucional e defesa dos interesses de suas associadas junto aos principais órgãos reguladores, legisladores e entidades públicas e privadas.

Em resumo, a Companhia já nasce, ao mesmo tempo, com o DNA de inovação, agilidade e capacidade de transformação tecnológica e com as mais sofisticadas e cuidadosas normas e controles de governança, capazes de assegurar o seu correto funcionamento e segurança aos seus acionistas, clientes, consumidores e profissionais.

Segurança da Informação

Desde a concepção da Companhia, o tema Segurança da Informação foi tanto um motivador quanto um tema central de atenção, dada a sua criticidade para a operação de dados massivos e dados financeiros. Para refletir tal atenção e importância em nossa estrutura organizacional, foi criada a posição de Gerente Sênior de Segurança da Informação (ISO - *Information Security Officer*), para a qual foi contratado um profissional com grande experiência e reputação, reportando-se diretamente ao Diretor Presidente. Em seu processo de implementação do modelo e sistema de Segurança de Informação da Companhia, foi desenvolvido e adotado um conjunto de políticas, normas e procedimentos de Segurança da Informação, em linha com os requisitos mais estritos das normas internacionalmente reconhecidas (tal como a ISO 27.001). Também como atividade central da Segurança da Informação, foram já implementados diversos equipamentos e softwares de segurança, tanto na infraestrutura de Data Center quanto na infraestrutura de escritórios da Companhia, sempre com a adoção de uma estratégia de “múltiplas camadas” de segurança, de maneira a nunca constituir pontos únicos de vulnerabilidade. De maneira a atestar a estratégia e implementação dos sistemas de segurança da Companhia, foi contratado junto à Auditoria KPMG um projeto de avaliação / asseguarção dos controles de segurança da empresa, que em seu primeiro relatório atestou que “o ambiente tecnológico, dentro do escopo avaliado, ..., reúne condições de segurança suficientes para recebimento de dados amostrais, conforme o planejamento realizado para esta etapa” do desenvolvimento das plataformas da Companhia.



Investimentos, Despesas Operacionais e Resultados Financeiros

Durante seu primeiro exercício fiscal, a Companhia obedeceu rigorosamente aos orçamentos detalhados e aprovados por seu Conselho de Administração, seja em relação a seus investimentos totais (Capex), seja em relação a suas despesas operacionais (Opex), seja em relação aos seus resultados de Fluxo de Caixa Total. Todos os investimentos e despesas foram efetuados cumprindo com o plano de implementação da Companhia, incluindo a contratação de sua equipe, despesas operacionais básicas e investimentos na construção de sua plataforma tecnológica e preparação para o desenvolvimento de seus produtos. Durante o exercício, foram revisados, detalhados e aprovados em Conselho os Orçamentos Operacionais para 2017 e 2018, e discutida a estratégia de estrutura de capital da Companhia para os seus primeiros anos de operação.

Ambiente, Estratégia e Perspectivas Futuras

Para completar o quadro de evolução da Companhia durante o seu primeiro exercício social, cabe destacar os principais elementos de estratégia e posicionamento da Companhia desenvolvidos nessa fase inicial e em discussão com o Conselho de Administração e as principais expectativas e perspectivas futuras para a Companhia e seu segmento de atuação.

De maneira geral, o ambiente para o setor de informações de crédito no Brasil em 2017 foi positivo, com avanços importantes relacionados ao marco regulatório, em particular com a aprovação no Senado do PLS212, que modifica a lei do Cadastro Positivo para possibilitar a inclusão das informações de consumidores e empresas nas bases de dados dos GBDs (Gestores de Bases de Dados) a partir do mecanismo “opt-out”, e que seguiu então para a aprovação na Câmara, onde ganhou a denominação de PLP 441. O projeto, capitaneado pelo Banco Central, faz parte da Agenda BC+ de desenvolvimento da economia, e tem sido defendido de maneira proativa pelo Presidente do Banco Central, Ministro da Fazenda e equipe econômica, elevando o grau de probabilidade de uma aprovação relativamente rápida após o início dos trabalhos parlamentares no primeiro semestre de 2018. Com essa aprovação, as atividades de formação de base e consequente desenvolvimento de produtos da Companhia ganhariam velocidade, possibilitando o desenvolvimento de produtos de melhor qualidade. Na agenda setorial, vale ainda destacar a aprovação, no Estado de São Paulo, da Lei 874/2016, que revogou a necessidade de AR (carta registrada) nas comunicações de inscrições de consumidores no cadastro negativo, reduzindo assim significativamente os custos operacionais previstos para essas comunicações. Nesse ambiente, ganha consistência a visão do potencial de crescimento do setor, e das oportunidades competitivas que se apresentam a ser exploradas pela atuação da Companhia.



Como posicionamento estratégico da Companhia em sua fase inicial, foram preliminarmente definidos os elementos de diferenciação tecnológica de plataforma e produtos, estratégia abrangente de dados, foco nos produtos positivos e de fraude customizados por cliente e segmento, grande velocidade de execução, alianças estratégicas como complementação de oferta e atuação comercial focada na captura de oportunidades não apenas junto aos bancos Acionistas, mas em diversos segmentos importantes da economia. Ao final de 2017 foi iniciado um projeto para a criação da marca pública da Companhia, e a conclusão do mesmo é prevista ainda para o primeiro trimestre de 2018, fazendo com que a denominação “Gestora de Inteligência de Crédito” seja utilizada apenas como Razão Social e denominação legal, e possibilitando o desenvolvimento de uma estratégia de marketing e captura de clientes a partir de uma identidade cuidadosamente construída. O foco comercial da Companhia, mesmo durante sua fase pré-operacional, é um dos seus elementos de posicionamento mais importantes, e já foram iniciadas as primeiras atividades comerciais com os bancos Acionistas e, de maneira exploratória, com grandes clientes potenciais de outros segmentos. Para 2018, espera-se a conclusão do desenvolvimento da plataforma tecnológica e a homologação da Companhia junto à CIP/Febraban para o início da operação produtiva de recebimento de dados do Cadastro Positivo, bem como o início das operações de negativação, e ambas terão papel fundamental na estratégia de formação de bases de dados da Companhia, insumo este fundamental para o desenvolvimento de produtos e novas oportunidades de negócio.

Conclusão

Como comentários finais, gostaria de destacar mais uma vez que durante o ano de 2017 a Companhia atingiu resultados expressivos no desenvolvimento de sua fase pré-operacional, cumprindo com a visão delineada quando de sua concepção e desenvolvimento de plano de negócios, e detalhando de maneira bastante criteriosa a visão dos próximos 5 anos. Temos hoje uma estratégia clara, um plano de execução detalhado, uma governança sólida, uma equipe experiente, motivada e comprometida, uma plataforma tecnológica diferenciada em construção, um parceiro tecnológico exclusivo, e a visão de que, apesar de desafiadores, nossos objetivos estratégicos, operacionais e financeiros podem ser alcançados a partir de um trabalho focado e da atenção à captura das oportunidades futuras.

Rodrigo Abreu
CEO / Diretor Presidente

**Demonstrações Financeiras Resumidas****Gestora de Inteligência de Crédito S.A.**
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	111.284	Fornecedores	7	10.985
Impostos a recuperar		311	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	8	538
Despesas antecipadas	4	7.360	Bônus a pagar	9	4.944
Adiantamento a fornecedores		<u>7</u>	Obrigações tributárias	10	1.153
			Outras contas a pagar		<u>974</u>
Total do ativo circulante		<u>118.962</u>	Total do passivo circulante		<u>18.594</u>
Não circulante			Patrimônio líquido		
Imobilizado	5	25.785	Capital social - subscrito	11	351.027
Intangível	6	17.467	Capital social - a integralizar	11	(180.253)
		<u></u>	Reservas de lucros / (prejuízos)		(27.154)
Total do ativo não circulante		<u>43.252</u>	Total do patrimônio líquido		143.620
Total do ativo		<u>162.214</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>162.214</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Gestora de Inteligência de Crédito S.A.****Demonstração do resultado****Para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017***(Em milhares de Reais - R\$)*

	Nota explicativa	31/12/2017
Receita líquida de serviços		-
Custo dos serviços prestados		-
Lucro bruto		-
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	12	(19.247)
Com pessoal	12	(10.512)
Depreciação e amortização	12	(71)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	12	(234)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(30.064)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	13	2.955
Despesas financeiras	13	(45)
Resultado financeiro líquido		2.910
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(27.154)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		
Imposto de renda e contribuição social - diferido		
Prejuízo líquido do período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017		(27.154)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Investimentos Totais e Despesas Operacionais

Os investimentos totais da Companhia na visão gerencial caixa em 2017 foram de R\$ 45 milhões, concentrados, principalmente, na aquisição de serviços de desenvolvimento, equipamentos e softwares e para a construção de sua plataforma tecnológica, com destaque para os investimentos realizados como decorrência dos acordos com o Parceiro Tecnológico LNRS. Por sua vez as despesas operacionais da Companhia, também na visão gerencial caixa, totalizaram R\$ 35,6 milhões, incluindo todos os custos com pessoal, estrutura administrativa, despesas legais relacionadas à constituição da empresa e à negociação dos contratos com o Parceiro Tecnológico e a despesas de subscrição com soluções de hardware, software e hospedagem dos Data Centers da Companhia. Dentro desse total de despesas operacionais, foram incluídos ainda R\$ 7,4 milhões de despesas antecipadas, representando negociações favoráveis para a Companhia no adiantamento de contratos futuros de suporte e subscrição e parcelas vincendas desses mesmos tipos de contratos. Durante o período, em base não caixa, foram reclassificados R\$ 1,7 milhões de reais de Depreciação e Amortização para Despesas Operacionais Gerais e Administrativas (subscrição e manutenção de softwares de operação), sem impacto em nenhum dos resultados da Companhia. De maneira geral, pode-se enfatizar o cuidadoso controle de custos e eficiência operacional imprimidos durante o primeiro exercício fiscal da Companhia, e a sua atenção detalhada para o planejamento e otimização dos componentes de custos futuros relativos a seu plano de negócios.

Resultados Financeiros

Como durante o exercício de 2017 (e como ocorrerá durante praticamente todo o exercício de 2018) a Companhia ainda se encontrava em estágio pré-operacional e sem operação comercial, os seus resultados financeiros consistem basicamente na contabilização de investimentos realizados e despesas pré-operacionais, e na estratégia de gestão de caixa e geração de receitas financeiras a partir do investimento do capital próprio integralizado. Na visão DRE, a companhia apresentou Despesas Operacionais totais de R\$ 30,1 milhões, iguais então ao Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro, uma vez que não existiram Receitas Operacionais. Composto este total foram contabilizadas Despesas com Pessoal, Gerais e Administrativas, Tributárias, de Depreciação e Amortização e de Publicidade, Marketing e Propaganda (projeto de criação da marca). O Prejuízo Operacional foi reduzido por Receitas Financeiras Líquidas de R\$ 2,9 milhões de reais, levando a um Prejuízo do Exercício de R\$ 27,2 milhões. As Receitas Financeiras foram obtidas a partir de uma estratégia de tesouraria e gestão de investimentos bastante conservadora, de maneira a proteger o capital integralizado com instrumentos de boa liquidez e risco baixo, a partir primordialmente de investimentos em fundos geridos pelos próprios bancos Acionistas. Com esse resultado, a Companhia terminou o exercício com um balanço bastante saudável, apresentando um Patrimônio Líquido de R\$ 143,6 milhões, R\$ 162,2 milhões em Ativos Totais, dos quais R\$ 119,0 milhões em Ativos Circulantes, e um Passivo Circulante de R\$ 18,6 milhões de reais, composto principalmente por dívidas comerciais e provisões trabalhistas e tributárias. Não foram contabilizadas dívidas financeiras no período. Finalmente em relação aos resultados financeiros, na visão caixa, o primeiro exercício da Companhia consumiu um total de R\$ 77,8 milhões de caixa, ligeiramente abaixo do orçamento aprovado, que indicava um limite de consumo de caixa de R\$ 78,2 milhões.



Considerações Finais

Diante de todo o exposto, a Administração avaliou as Demonstrações Financeiras e informações apresentadas, e as aprovou sem restrições, recomendando o seu encaminhamento para a Assembleia Geral e Acionistas.

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. acredita que obteve resultados bastante positivos durante o seu primeiro exercício, de maneira alinhada aos objetivos estabelecidos em seu plano de negócios, reitera o compromisso de seguir construindo a sua operação de maneira dedicada, eficiente e efetiva, de modo a possibilitar a sua entrada em operação nos prazos e tempos projetados, agradece a todos os seus profissionais e parceiros, que estão ajudando a transformar o plano em realidade e operação efetiva, e finalmente agradece aos acionistas, pelo apoio, participação efetiva nas discussões sobre a Companhia e confiança na Administração para a gestão da empresa.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de junho (início das operações) a 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de junho (início das operações) a 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à GIC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da GIC é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da GIC continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a GIC ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da GIC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GIC.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da GIC. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GIC a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	111.284	Fornecedores	7	10.985
Impostos a recuperar		311	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	8	538
Despesas antecipadas	4	7.358	Bônus a pagar	9	4.944
Adiantamento a fornecedores		<u>8</u>	Obrigações tributárias	10	1.153
Total do ativo circulante		<u>118.961</u>	Outras contas a pagar		<u>974</u>
Não circulante			Total do passivo circulante		<u>18.594</u>
Despesas antecipadas	4	1	Patrimônio líquido		
Imobilizado	5	25.785	Capital social - subscrito	12	351.027
Intangível	6	<u>17.467</u>	Capital social - a integralizar	12	(180.253)
Total do ativo não circulante		<u>43.253</u>	Prejuízos acumulados		<u>(27.154)</u>
Total do ativo		<u><u>162.214</u></u>	Total do patrimônio líquido		<u>143.620</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>162.214</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstração do resultado

Para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017
Receita líquida de serviços		-
Custo dos serviços prestados		-
Lucro bruto		<u>-</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	13	(19.247)
Com pessoal	13	(10.512)
Depreciação e amortização	13	(71)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	13	(233)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(30.063)</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	14	2.955
Despesas financeiras	14	<u>(46)</u>
Resultado financeiro líquido		2.909
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(27.154)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		<u>-</u>
Prejuízo líquido do período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017		<u>(27.154)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2017
Prejuízo líquido do exercício do período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017	(27.154)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente do período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017	<u><u>(27.154)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 14 de junho de 2017 (início das operações)		-	-	-	-
Capital em moeda corrente - subscrito em 14/6/17	12.a	1	-	-	1
Capital em moeda corrente - subscrito em 6/7/17	12.a	65.822	-	-	65.822
Capital em moeda corrente - subscrito em 5/10/17	12.a	285.204	-	-	285.204
Capital em moeda corrente - a integralizar	12.a	-	(180.253)	-	(180.253)
Prejuízo do exercício		-	-	(27.154)	(27.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		351.027	(180.253)	(27.154)	143.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Para o período de 14 de junho de 2017 (início das operações) a 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(27.154)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização		71
		<u>(27.083)</u>
Varição nos ativos operacionais:		
Despesas antecipadas		(7.359)
Impostos a recuperar		(311)
Outros ativos		(8)
Varição nos passivos operacionais:		
Fornecedores		10.985
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais		538
Impostos a recolher		1.153
Bônus a pagar		4.944
Outras contas a pagar		974
		<u>16.167</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(16.167)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(16.167)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado		(25.851)
Aquisições de intangível		(17.472)
		<u>(43.323)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(43.323)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital		170.774
		<u>170.774</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>170.774</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>111.284</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início em 14 de junho de 2017	3	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017	3	<u>111.284</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>111.284</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

1 Contexto operacional

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (“GIC” ou “Sociedade”) constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. Com sede na Alameda Araguaia, 2.104 - 8º andar, cidade de Barueri. Foi fundada em 14 de junho de 2017, pelos acionistas Banco do Brasil, Caixa Participações, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander, e até dezembro de 2017 a GIC encontrava-se em fase pré-operacional, tendo sido feitos investimentos para aquisição de equipamentos, softwares e serviços necessários para a implementação da Plataforma para o Cadastro Positivo, além da infraestrutura física e tecnológica para os escritórios. Para entrar em fase operacional, a GIC depende da implementação dessa plataforma, a qual está em desenvolvimento, além dos elementos de dados cadastrais e de crédito para subsídio da prestação dos serviços conforme objeto social da Sociedade:

- (i) Coleta, o armazenamento, a avaliação, o monitoramento e o gerenciamento de dados financeiros e não financeiros de pessoas naturais e jurídicas;
- (ii) Organização, a análise, o desenvolvimento, a criação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões e gerenciamento de risco de crédito e de negócios;
- (iii) Desenvolvimento e comercialização de relatórios de crédito, de escalas e métricas (score) de risco de crédito, de risco de identidade e de fraude, e de atributos de risco de crédito e de fraude;
- (iv) Classificação e análise de risco;
- (v) Prestação de serviços acessórios à análise de carteira de crédito e à recuperação de obrigações vencidas e não honradas;
- (vi) Prestação de serviços em geral para suporte a atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas;
- (vii) Desenvolvimento e exploração comercial relacionados a prestação de serviços de informação, marketing e tecnologia em geral, com base no banco de dados, no know-how e na capacidade de distribuição da Companhia;
- (viii) Serviços de suporte ao consumidor em relação a crédito e fraude, incluindo educação financeira;
- (ix) Instrução, treinamento e capacitação técnica para terceiros nas atividades desenvolvidas pela Sociedade, inclusive para análise de crédito e prevenção a fraudes;
- (x) Desenvolvimento, implementação e comercialização de modelos estatísticos;
- (xi) Prestação de serviços na área de processamento de dados para terceiros;
- (xii) Assessoria, consultoria e suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, bem como portais, provedores de internet, e demais serviços de informação na internet;
- (xiii) Desenvolvimento, aplicação e oferta de tecnologias de segurança em operações e transações, por meios eletrônicos ou não;

- (xiv) Criação, desenvolvimento, cessão, licença, sublicença e distribuição de sistemas de processamento de dados e de software;
- (xv) Prática de outras atividades necessárias e pertinentes para a realização de seu objeto social; e
- (xvi) Participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior.

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2018.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da GIC são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a GIC atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da GIC.

2.4 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da GIC, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil dos bens do imobilizado, da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao “*impairment*” sobre o ativo imobilizado e intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade tem como política efetuar a revisão de suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

As práticas contábeis adotadas pela GIC permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

São mensurados ao valor justo por serem gerenciados pela GIC desta forma. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Estão incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). São contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Intangível

a. Base de dados, programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

O intangível inclui gastos com aquisição e elaboração de sistemas de computação e bases de dados para a formação e implementação dos produtos que serão ofertados pela GIC, bem como, gastos com infraestrutura tecnológica. Dessa maneira tais gastos são capitalizados em consonância com os pronunciamentos contábeis aplicáveis, conforme descrito abaixo.

Quando aplicável, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível, os ativos são amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6, que levam em consideração a vida útil desses ativos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e os produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela GIC, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda;
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O software/projeto pode ser vendido ou usado;
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto;
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes; e
- Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos serão amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 6.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim do exercício, a GIC revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor

recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

No exercício de 2017 a GIC não registrou perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. São mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.11 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Em 31 de dezembro de 2017 a GIC não tinha causas contingentes ativas e passivas.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IR e CSLL, apenas quando for provável que a GIC apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.13 Normas e interpretações novas emitidas e ainda não adotadas

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que entraram em vigor, ou emitidos que ainda não entraram em vigor, no exercício de 2017 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito.

Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas:

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A GIC mensurou os impactos e a adoção desta norma não terá efeito significativo nas demonstrações financeiras, somente quanto a classificação de caixa e equivalentes de caixa, no qual não haverá impacto no saldo contábil e sim na classificação de “valor justo por meio do resultado” para “valor justo através do resultado”.
- **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Sociedade não espera ter efeitos significativos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras, visto que encontra-se em fase pré-operacional.

- **IFRS 16 - Arrendamento Mercantil** - Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Sociedade não espera ter efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras, considerando que não há transação de arrendamento mercantil no balanço patrimonial da Gestora de Inteligência de Crédito.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa representados na demonstração do fluxo de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2017
Debêntures compromissadas	97,44% do DI	13.246
Certificados de Depósito Bancário - CDB	99,00% do DI	40.043
Contas de fundo de investimento - FIC Renda fixa, referenciado DI	100,58% do DI	<u>57.995</u>
Total		<u><u>111.284</u></u>

Representam aplicações remuneradas às taxas descritas acima e sem o risco de mudança significativa do valor e possuem liquidez imediata.

4 Despesas antecipadas

O saldo de despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 7.359, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2017
Suportes de informática	4.762
Licenças de software	2.146
Outros	<u>451</u>
Total	<u><u>7.359</u></u>

5 Imobilizado

		31/12/2017		
	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	Líquido
Imobilizado em andamento (a)	-	23.156	-	23.156
Benfeitorias (b)	10	1.440	(28)	1.412
Telefonia	20	506	(25)	481
Instalações	10	278	(4)	274
Móveis e utensílios	10	279	(5)	274
Equipamentos de informática	20	<u>192</u>	<u>(4)</u>	<u>188</u>
Total		<u><u>25.851</u></u>	<u><u>(66)</u></u>	<u><u>25.785</u></u>

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Saldos em 14 de junho de 2017	Aquisições	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Imobilizado em andamento (a)	-	23.156	-	23.156
Benfeitorias (b)	-	1.440	(28)	1.412
Telefonia	-	506	(25)	481
Instalações	-	278	(4)	274
Móveis e utensílios	-	279	(5)	274
Equipamentos de informática	-	192	(4)	188
Total	-	25.851	(66)	25.785

- (a) Imobilizado em andamento: Refere-se a *hardware* adquiridos de terceiros e utilizados no desenvolvimento da plataforma GIC para prestação de novos serviços e produtos.
- (b) Benfeitorias: Refere-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e está sendo amortizado conforme período firmado no contrato de aluguel.

6 Intangível

	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido
			31/12/2017	
Desenvolvimento de projetos (a)	20	3.517	-	3.517
Serviços sem transferência de tecnologia (a)	20	13.805	-	13.805
Software	20	150	(5)	145
Total		17.472	(5)	17.467

- (a) Infraestrutura - cadastro positivo - Refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados em conjunto com os *hardwares* no desenvolvimento da plataforma GIC para prestação de novos serviços e produtos.

7 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 10.985, refere-se à aquisição de bens, manutenção de software, hardware e consultorias diversas, etc. Os principais saldos de fornecedores estão representados por: (i) Lexis R\$ 7.958; Equinix R\$ 996; e outros no montante de R\$ 2.031.

8 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

	31/12/2017
Obrigações sociais e trabalhistas	(340)
Provisão para férias e encargos sobre férias	(198)
Total	(538)

9 Bônus a pagar

Provisão de bônus a pagar aos administradores e profissionais.

10 Obrigações tributárias

	31/12/2017
Impostos federais (PIS, COFINS, IRRF, CIDE, CSRF)	(1.121)
Imposto municipal (ISS)	(31)
INSS	(1)
	(1.153)
Total	(1.153)

11 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela GIC e seus acionistas controladores, operações com partes relacionadas, tais como aplicações financeiras e contas a pagar. A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação e serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições de técnicas

e de preços. Ainda, a natureza das atividades da GIC faz com que ela celebre contratos com diversos Bancos, sendo alguns desses seus acionistas diretos ou indiretos.

Os quadros a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 da GIC, discriminados por modalidade de contrato, acionista, operações com partes relacionadas, bem como as correspondentes receitas e despesas relativas ao período de 14 de junho (início das operações) a 31 de dezembro de 2017:

	31/12/2017			
	Banco do Brasil	Banco Bradesco	Banco Santander	Total
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	13.390	3	97.891	111.284
Total	13.390	3	97.891	111.284
	14 de junho (início das operações) a 31 de dezembro de 2017			
Receitas				
Receitas financeiras	1.463	1	1.486	2.950
Total	1.463	1	1.486	2.950

11.1 Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2017, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas com pessoal”.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 14 de junho de 2017 a Sociedade foi constituída com o capital social composto no montante de R\$ 1.000 (mil reais), representado por 50 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2017, foi aprovado aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 65.822 por meio de aporte de capital representada por 6.582.200 ações, sendo 3.291.100 ações ordinárias e 3.291.100 ações preferenciais;

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de outubro de 2017, foi aprovado aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 285.204 por meio de aporte de capital representada por 29.013.700 ações, sendo 14.506.850 ações ordinárias e 14.506.850 ações preferenciais.

O capital subscrito da Companhia totaliza o montante de R\$ 351.028 dos quais R\$ 180.253 serão integralizados até o mês de julho de 2018 conforme mencionado no cronograma de integralização constante da Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de outubro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é representado por 17.797.950 ações ordinárias e 17.797.950 preferenciais.

A composição do capital social da Sociedade é a seguinte e está representada em reais:

	31/12/2017	
Acionistas	Capital Social	%
Banco Bradesco S.A.	70.206	20%
Banco do Brasil S.A.	70.206	20%
Banco Santander (Brasil) S.A.	70.206	20%
Caixa Participações S.A.	70.206	20%
Itaú Unibanco S.A.	70.206	20%
Total	351.028	100%

13 Custos, despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas conforme classificado na composição do resultado do exercício:

Abaixo apresentamos a abertura analítica por natureza:

	31/12/2017
Prestação de serviços	(14.865)
Pessoal	(10.512)
Locação de espaço	(3.476)
Impostos e taxas	(560)
Prediais & ocupações	(256)
Publicidade, marketing e propaganda	(234)
Depreciação & amortização	(71)
Material consumo, escritório e outros	(59)
Viagem, locomoção e diárias	(32)
Total	(30.064)

14 Resultado Financeiro

	31/12/2017
Receitas financeiras:	
Descontos obtidos	5
Rendimentos sobre aplicações	2.950
	<hr/>
	2.955
Despesas financeiras:	
Juros e multas passivos	(3)
Variação cambial	(1)
Taxas e outras despesas	(42)
	<hr/>
	(46)

15 Benefícios a funcionários

Previdência Complementar

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de outubro de 2017. O plano de aposentadoria é o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida), sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas, tendo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em despesas de contribuições no montante de R\$ 98, contabilizadas nas rubricas despesa com pessoal.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, seguro de vida e vales refeição/alimentação/combustível, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$ 407 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, contabilizadas nas rubricas despesa com pessoal.

16 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade possui apólice de seguro para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens conforme descrito:

- (a) Patrimonial referente ao ativo imobilizado, imóvel sede com indenização máxima prevista de R\$ 8.847.
- (b) Seguros dos Data Centers localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro com indenizações máximas previstas de R\$ 19.000 e R\$ 10.500, respectivamente.
- (c) D&O - Responsabilidade civil dos diretores em até R\$ 30.000.

17 Outros assuntos

a. Gerenciamento de riscos:

A Sociedade já implementou um modelo de gestão de risco ERM (Enterprise Risk Management) baseado no framework de referência COSO, e realizou a avaliação, detalhamento e classificação do seu universo de risco considerando o nível de impacto (baixo, médio ou alto) e o nível de probabilidade (improvável, dificilmente, ocasionalmente, possivelmente, definitivamente), chegando assim a uma matriz de risco da GIC. Para cada risco identificado, foi mapeado o impacto (financeiro, operacional ou de imagem) e o nível de monitoramento, considerando a existência de controles e de planos de ação e ou mitigação. A partir desse mapeamento de risco é feito um acompanhamento mais detalhado dos riscos altos e dos riscos médios parcialmente monitorados ou não monitorados (aqueles com controles e planos de ação em desenvolvimento mas não finalizados). Os riscos foram ainda classificados de acordo com o grupo de aplicabilidade (Finanças, TI, Pessoas, Estratégia, Comercial, Dados, etc.) e com a sua natureza de origem (Financeiro, Estratégico, Operacional, de Imagem, Tecnológico). Dessa maneira, o modelo de acompanhamento de riscos é gerenciado continuamente pela Sociedade, e revisado com o Comitê de Controle e Riscos do Conselho de Administração bimensalmente. Com relação à aplicações financeiras, a GIC utiliza instrumentos de baixo risco como operações compromissadas com características de renda fixa e títulos de renda fixa como por exemplo: Certificados de depósitos bancários (“CDBs”), em bancos de primeira linha.

b. Não houve transações com instrumentos derivativos no exercício de 2017.

c. Não houve eventos subsequentes que requeressem ajustes na apresentação das demonstrações financeiras, bem como nos saldos contábeis.